



PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023

Em atenção à determinação da **Sra. Dina Marcia de Sousa Pessoa**, Secretária Municipal de Educação, portadora do CPF: 778.664.363-04, essa Procuradoria, no uso de suas atribuições legais, recebeu os autos do processo administrativo nº 001.0002575/2023 da dispensa de licitação nº 003/2023 e previamente cuidou de avaliar sua organização formal, concluindo pelo correto trâmite entre os setores competentes da municipalidade, passando então a avaliar o mérito do interesse administrativo.

Constata-se a necessidade de fornecimento dos serviços de instalação câmeras de vídeo monitoramento no Complexo de Educação Infantil Professora Clarice Gomes Machado, no Bairro Baixa da Ema, Município de Piracuruca-PI, tendo em vista a existência de saldo orçamentário bastante para tal, não há nada que considerar acerca desse mister.

Sabe-se que o processo de seleção e contratação de bens, produtos e serviços à municipalidade deve obedecer aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, e que dentre as modalidades estabelecidas por essa Lei encontram-se: "carta-convite, tomada de preços, pregão e concorrência", modalidades essas que são efetivadas com um procedimento básico objetivo-finalístico inarredável, de duração média de alguns dias.

No entanto, para como o ora disciplinado, a própria Lei das Licitações (8.666/93) em seu artigo 24, traz as soluções mais apropriadas ao presente interesse da administração, qual seja, a contratação direta por dispensa de licitação. Assim o gestor poderá resolver os problemas mais imediatos e urgentes da municipalidade, porém não estará livre dos protocolos legais que integram o ato, pois tais formalidades visam à garantia da integridade de documentos que poderiam ser extraviados ou danificados e, também, para registrar a sequência dos atos do procedimento.



Art. 24. É dispensável a licitação:

Omissis

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Da dicção do artigo 24 alhures descrito, subtraem-se elementos essenciais à dispensa de aquisição: a) para fornecimento dos serviços de instalação câmeras de vídeo monitoramento no Complexo de Educação Infantil Professora Clarice Gomes Machado, no Bairro Baixa da Ema, Município de Piracuruca; b) razão da escolha do fornecedor ou executante; c) justificativa do preço; e d) avaliação prévia feita pelo solicitante.

Destarte, entende-se que o correto caminho à solução dos problemas apresentados, levando-se em conta a inarredável obediência aos princípios da legalidade, indisponibilidade dos interesses da administração, continuidade dos serviços públicos, celeridade e eficiência, é a dispensa de licitação, analisado o caso pela Comissão Municipal de Licitação.

Por todo o exposto, essa Procuradoria opina ser cabível à satisfação dos interesses momentâneos da administração a dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, II da Lei nº 8.666/93;

Este é o parecer, s.m.j.

Piracuruca-PI, 15 de março de 2023.


Ivonalda Brito de Almeida Morais
Procuradora do Município de Piracuruca
OAB/PI 6702



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PIRACURUCA

Procuradoria Geral do Município - PGM

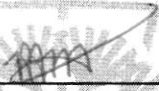


Recibo de Encaminhamento de Processo

Piracuruca, 15 / 03 / 2023.

Nº do Processo 001.0002575/2023.

Encaminho o processo nº 001.0002575/2023, para a Comissão Própria de Licitação para Parecer e as providências necessárias.


Ivonalda Brito De Almeida Moraes
Procuradoria do Município



Recebi o processo com todos os seus documentos.

Presidente da CPL.